

**EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.987 - PR (2018/0233205-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**  
**EMBARGANTE** : **CLAUDIO GILMAR SPANHOL**  
**ADVOGADOS** : **ANDRÉ DALANHOL - PR011288**  
MARCELO DALANHOL - PR031510  
RUY FONSATTI JUNIOR - PR024841  
KÁTIA CRISTINA SFREDO BOMBONATTO DA SILVA -  
PR060865  
LEANDRO ROHR NESELLO - PR031858  
CEZAR AUGUSTO DE OLIVEIRA FRANCO - PR024004  
BRUNNO JOSÉ ZENNI - PR066522  
BRUNA ROHR NESELLO - PR052595  
SABINE STUMM - PR077150  
CARLOS HENRIQUE POLETTI PAPI - PR083807  
**EMBARGADO** : **UNIÃO**  
**INTERES.** : **DARCI JOSÉ VEDOIN**  
**INTERES.** : **LUIZ ANTONIO TREVISAN VEDOIN**  
**INTERES.** : **SANTA MARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA**  
**ADVOGADO** : **PATRICK SHARON DOS SANTOS - PR062341**  
**INTERES.** : **ROMANO CZERNIEJ**  
**ADVOGADOS** : **MARIA ANGELICA GASPARETTO PEREIRA FAGUNDES -**  
PR033041  
FERNANDA PICCOLI SAMPAIO ARRUDA - PR076370  
**INTERES.** : **LEALMAQ - LEAL MAQUINAS LTDA**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCONFORMISMO DO EMBARGANTE. EFEITOS INFRINGENTES. INVIABILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por Claudio Gilmar Spanhol em face de decisão monocrática sintetizada na seguinte ementa:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. FRAUDE AO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. LESÃO AO ERÁRIO (ART. 10 DA LIA). FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. SÚMULA 283/STF POR APLICAÇÃO ANALÓGICA. RECONHECIMENTO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM DO PREJUÍZO AO PATRIMÔNIO DA MUNICIPALIDADE E DO ELEMENTO SUBJETIVO. REVISÃO

DE FUNDAMENTOS FÁTICOS E PROBATÓRIOS. INVIABILIDADE NA VIA RECURSAL ELEITA. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONHECIDA. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

O embargante sustenta que a decisão vergastada foi omissa quanto à tese de que não houve dano ao erário, de modo que não merece subsistir a condenação por improbidade administrativa consubstanciada no art. 10 da Lei 8.429/92. No ponto, assevera o embargante que *grave é a omissão da decisão monocrática, que deixou de enfrentar a tese de que, para ser possível uma condenação tendo por base o art. 10, seria imprescindível a comprovação da existência de dano ao erário* (fl. 3498 e-STJ).

Requer sejam acolhidos os embargos.

A União pugna pela rejeição dos aclaratórios.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *“Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”*.

Para que os aclaratórios, que são recurso de fundamentação vinculada, possam prosperar, faz-se necessário que o embargante demonstre, de forma clara, a ocorrência de obscuridade, contradição, omissão ou - como previsto na novel legislação - erro material em algum ponto do julgado, sendo tais vícios capazes de comprometer a verdade e os fatos postos nos autos.

No caso, verifica-se que o ora embargante não apontou nenhum dos vícios dispostos no art. 1022 do CPC/2015, mas tão somente busca a reforma da decisão embargada a fim de que seja reconhecida a inaplicabilidade das Súmulas 283/STF e 7/STJ à espécie. Desse modo, existe, apenas, entendimento contrário à pretensão recursal, sendo manifesta a intenção de rever a controvérsia analisada adequadamente na decisão embargada.

A propósito, os seguintes excertos:

Com efeito, verifica-se que não houve adequada impugnação aos fundamentos autônomos do acórdão recorrido destacados no excerto acima transcrito, eis que o recorrente limitou-se a reiterar sua tese defensiva sem combater específica e suficientemente as razões de decidir em referência. Aplica-se, portanto, o disposto na Súmula 283/STF: *“É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.”*

[...]

Observa-se, ademais, que o exame probatório empreendido pela Corte *a quo* resultou na compreensão de que estão presentes os pressupostos necessários à condenação do ora agravante pela prática de ato de improbidade administrativa, vez que *permitiu que terceiros lesassem o erário público, tendo - ao menos culposamente - concorrido para a fraude do caráter competitivo do certame, praticando as condutas previstas no art. 10, incisos VIII e XII, da Lei n. 8.429/92*.

Sendo assim, a revisão de tal entendimento demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

Assim, o embargante objetiva apenas o reexame da causa com a atribuição de

efeitos infringentes ao recurso, o que é inviável em sede de embargos de declaração. Como já explicitado inicialmente, os declaratórios apenas são cabíveis nos casos de omissão, obscuridade ou contradição, não se prestando a reapreciar a causa, tampouco a reformar o entendimento proferido pelo órgão julgador, em razão dos rígidos contornos processuais desta espécie de recurso.

Sobre o tema, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO.

INEXISTÊNCIA. 1. "A contradição que dá ensejo aos embargos de declaração é a interna, ou seja, aquela que se verifica entre as premissas ou entre estas e a conclusão do julgado embargado" (EDcl nos EDcl no AgRg nos EDcl no REsp n. 790.903/RJ). 2. Agravo regimental desprovido. (EDcl no AREsp 22.011/GO, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 23/04/2015)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A obscuridade de que trata o art. 535, I, do CPC é aquela que impossibilita a clara compreensão do provimento jurisdicional. 2. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no REsp 1300011/MT, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/11/2014, DJe 12/12/2014)

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração, por ausência dos vícios previstos na lei processual.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES  
Relator